



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NATALIA LORRANE SOBRAL SILVA

**“EU LIDO SUPER BEM, JÁ SUPEREI”: A PEDAGOGIA DA VERGONHA NOS
CASOS DE ABUSO SEXUAL CONTRA A MULHER**

**ITABAIANA
2025**

NATALIA LORRANE SOBRAL SILVA

**“EU LIDO SUPER BEM, JÁ SUPEREI”: A PEDAGOGIA DA VERGONHA NOS CASOS
DE ABUSO SEXUAL CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal de Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, como requisito para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Fernanda Amorim
Accorsi

NATALIA LORRANE SOBRAL SILVA

**“EU LIDO SUPER BEM, JÁ SUPEREI”: A PEDAGOGIA DA VERGONHA NOS CASOS
DE ABUSO SEXUAL CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal de Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, como requisito para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Fernanda Amorim Accorsi

Aprovada em: 31 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Amorim Accorsi
DEDI/UFS

Prof.^a Dr.^a Isabela Rosália Lima de Araújo
DEDI/UFS

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Santos
DEDI/UFS

ITABAIANA
2025

Dedico este trabalho a duas fortes mulheres; minha mãe, Nailza, que deixou de viver os seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus, sob chuvas e madrugadas, me fez chegar aqui na sombra. À minha orientadora, Fernanda Amorim Accorsi, minha referência feminista, me fez através das suas aulas, enxergar o outro para além do óbvio.

AGRADECIMENTOS

Esperei muito tempo para chegar nesse momento, acredito que a parte mais esperada do meu trabalho são os agradecimentos, pois entenderia que ao chegar aqui, o curso estaria chegando ao fim. Lembro-me das noites pegando estradas, muita chuva, frio, medo e angústias que invadiam o meu peito e me causavam receios. Como saber se estou no caminho certo? Será que serei uma boa profissional?. As cobranças e pensamentos, muitas vezes, negativos, eram infinitos, pois sempre achava que não conseguiria ir, até criar coragem e arriscar.

Entrar em uma universidade federal era o meu sonho, olhando para trás, é indescritível como a vida, apesar dos empecilhos, me conduziu até aqui. Fui a primeira da família a entrar em uma universidade federal, meus pais não chegaram a concluir o ensino fundamental, pois tiveram que abrir mão dos estudos para ajudar os seus pais na roça, caso contrário, a comida não chegaria à mesa. Minha mãe, ainda muito jovem, abdicou de seus sonhos e dos planos de concluir os estudos e ingressar no ensino superior, pois o destino lhe reservava outros caminhos. Consegui deixar a vida no campo para vir à cidade, não com o propósito de estudar, mas em busca de melhores condições de vida.

Olhando para sua história de vida, me pego pensando o quanto sou sortuda de estar aqui hoje escrevendo esses agradecimentos, ela está ao meu lado, deitada no conforto do nosso lar que com muito suor e trabalho árduo, chegou a conquistar. Hoje, mesmo com tantos privilégios, lembro-me da infância, das madrugadas que me deixava com vizinhas, cuidadoras e até sozinha, para que pudesse garantir tudo isso que vivo hoje. Mãe, você construiu o meu mundo, fez a base para que nada me faltasse e hoje me tornasse quem sou, tudo isso sem me pedir nada em troca. Contigo aprendi o verdadeiro sentido de um amor paciente, bondoso e generoso, essa conquista não é apenas minha, mas também sua.

Ainda, quero agradecer também a tantas outras pessoas que passaram pela minha vida e a cada ajuda dada, em especial as minhas amigas, aos professores (as) que me acompanharam durante o curso, contribuindo em todo o conhecimento que tenho hoje.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Fernanda Amorim Accorsi que sempre me incentivava com palavras, conselhos e amparos nos momentos mais difíceis, aos seus ensinamentos e as infinitas formas que me fez enxergar o outro estarão para sempre comigo. Assim, finalizo esse momento agradecendo ao principal autor e criador da minha história, Deus, que sempre cuidou de mim, dando-me forças e sabedoria nos momentos que mais precisei, desde ao entrar pela porta da faculdade até aqui, guiando-me e abrindo novos caminhos com fé e coragem.

RESUMO

Este trabalho se desvela a partir da escuta sensível de uma jovem sobrevivente de violência sexual, aqui denominada como Fênix. A partir da sua história, foi produzida uma reflexão crítica sobre o silenciamento nos casos de abuso e a naturalização dos comportamentos que vêm na contramão daquilo que defendemos: a liberdade, autonomia e o respeito com as mulheres. Essa pesquisa parte da problemática sobre como a pedagogia da vergonha nos casos de abuso familiar afetam as relações das mulheres, sobretudo como os impactos gerados refletem sobre as suas escolhas e ações devido a uma proximidade forçada e carregada de impunidade e proteção ao abusador. O nosso objetivo é analisar o relato de uma sobrevivente de abuso sexual a partir das teorizações feministas e de gênero articulando à concepção da pedagogia da vergonha. Para isso, adotamos uma análise qualitativa, baseada em uma entrevista semiestruturada e articulada a perspectivas de autoras/es como Araújo (2002), Campos (2016) e Solnit (2017). Os dados analisados revelam como as consequências do abuso se internalizam e criam barreiras emocionais e sociais, especialmente quando essas memórias carregam a ausência da escuta e do acolhimento, além disso, os relatos evidenciam a necessidade de estratégias que interrompam a naturalização e o silenciamento diante de tantas histórias iguais.

Palavras-chave: Abuso sexual; gênero; silenciamento; violência; patriarcado.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This work unfolds from the sensitive listening of a young survivor of sexual violence, here referred to as Fênix. From her story, a critical reflection was developed on the silencing present in abuse cases and the normalization of behaviors that go against what we advocate for: freedom, autonomy, and respect for women. This research is grounded in the problem of how the pedagogy of shame in cases of familial abuse affects women's, especially how the resulting impacts influence their choices and actions due to a forced proximity that is marked by impunity and protection of the abuser. Our objective is to analyze the testimony of a survivor of sexual abuse through feminist and gender theories, connecting them to the concept of the pedagogy of shame. To do so, we adopted a qualitative analysis, based on a semi-structured interview and informed by the perspectives of authors such as Araújo (2002), Campos (2016), and Solnit (2017). The data analyzed reveal how the consequences of abuse become internalized and create emotional and social barriers, especially when these memories are marked by a lack of listening and support. Furthermore, the account highlights the urgent need for strategies that break the normalization and silencing of so many similar stories.

Keywords: Abuse sexual; gender; silencing; violence; patriarchy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
BBC	British Broadcasting Corporation
CEARAS	Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual
NCPI	Núcleo Ciência pela Infância
PEPECA	Pesquisa e Estudos em Práticas Educacionais, Corpo e Ambiente
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	RELATOS ANALÍTICOS SOBRE ABUSOS FAMILIARES	24
2.1	Os laços que ferem: famílias que acorrentam uma dor com endereço	23
2.2	Uma dor que não cessa: voando de uma geração à outra traçando o mesmo destino entre mãe e filha	25
2.3	Quando o medo se desfaz, a voz começa a ecoar: como um ato de coragem, novos caminhos se abrem para uma desobediência que liberta	27
2.4	A ambiguidade da aliança: o casamento como um escape disfarçado de salvação	29
2.5	Do sentimento de culpa à consciência dos abusos: quando a dor ganha nome, cor e forma	32
2.6	Cicatrizes invisíveis do fim: marcas que permanecem no corpo e na memória	35
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
4	REFERÊNCIAS	41
5	APÊNDICE A – Íntegra da entrevista	43

1 INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Neste trabalho, proponho o conceito de pedagogia da vergonha, formulada e compreendida por mim em diálogo com a minha orientadora Fernanda Amorim Accorsi, para tratar sobre os casos de abuso contra a mulher no cenário familiar, isto é, para dar nome e sentido a uma vivência de silenciamento, controle e naturalização que entrelaçam e permanecem na vida das mulheres. Incorporado no contexto do curso de Pedagogia, campus Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialmente impulsionado pela disciplina de Educação e Corpo no ano de 2022, este trabalho está motivado a realizar uma associação entre educação, gênero e violência. Além disso, o tema se solidificou com a minha inserção, em 2024, no grupo de Pesquisas e Estudos em Práticas Educativas, Corpo e Ambiente (PEPECA), criado no ano de 2020, com a intenção de realizar estudos e pesquisas que integrem as práticas educativas.

Chamamos de pedagogia da vergonha as práticas, as percepções e os comportamentos que vêm na contramão daquilo que defendemos: a pedagogia da libertação, aquela que educar não corresponde a reforçar os estigmas e o silenciamento, mas valoriza a experiência das mulheres, dão voz e criam espaços para que possam ser ouvidas e principalmente, acreditadas. A pedagogia da autonomia: consiste na capacidade do sujeito pensar criticamente e refletir sobre as suas escolhas, além disso assumir as responsabilidades das suas ações. Assim como a pedagogia do respeito: pautada na valorização da voz e da autonomia do sujeito, bem como no reconhecimento e no reconhecimento das diversidades, prevenindo comportamentos naturalizados que se sustentam no silenciamento e opressão.

Essa dinâmica de controle, normaliza os ciclos de violência, não estranham os comportamentos tidos como normais e aceitáveis advindos de uma cultura machista e patriarcal. Nós estranhemos e mais do que estranhar, nos rebelamos e enfrentamos o que está estabelecido e flerte com a violência contra a mulher. Visualizamos a pedagogia da vergonha nas narrativas como: “Ele tocou nas partes íntimas da criança porque é homem”, “Não fez por maldade, só estava curioso”, “Todo homem é assim, é instinto da natureza”, “Isso acontece, ele estava nervoso”. Referimo-nos aos comportamentos que criam cenários de violência, que, ao serem repetidos com frequência, acabam sendo naturalizados os comportamentos abusivos, e protegendo os homens cisgênero e heterossexuais das consequências de suas ações violentas (Castañeda, 2006).

Quando o tema da pedagogia é abordado, muitas/os a interpretam como algo restrito ao ambiente escolar. No entanto, é importante compreender que a pedagogia é tudo aquilo que

aprendemos e está intrinsecamente ligada ao nosso cotidiano, refletindo-se em como lidamos com diferentes situações, seja nas interações em redes sociais, no consumo de notícias, em um vídeo compartilhado, na leitura de jornais, entre outros meios. Como Camozzato se refere no artigo, intitulado *Pedagogias do Presente* (2014, p. 581), “[...] o entendimento de pedagogia se encontra ampliado nessas produções, operando como um conceito que nos auxilia a pensar, problematizar e indagar o tempo presente”. Esta afirmação ressalta como a nossa compreensão do mundo vai além do que é ensinado em sala de aula e é crucial reconhecer que, ao repetirmos ideias e práticas ao longo da vida, tendemos a, pedagogicamente, neutralizá-las. Em outras palavras, há uma tendência de tornar ideias e práticas como normais, desconsiderando criticamente sua origem ou impacto em razão de vivermos em um sistema capitalista-patriarcal, que hierarquiza e valora de modos distintos homens e mulheres.

Ao considerar tal realidade, o abuso sexual ocorre de forma recorrente, afetando não apenas crianças e adolescentes, mas também diversas faixas etárias. De acordo com a notícia na BBC News, o Brasil, segundo um estudo de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, analisados em estudo produzido pelo comitê científico do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), registra 673 casos de violência contra crianças de até seis anos por dia, equivalente a 28 casos a cada hora. Além disso, conforme revelado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, a maioria das vítimas de estupro no Brasil são crianças até 13 anos, representando 61,4% do total de casos de estupro em 2022. Estes dados impactantes exemplificam a gravidade e a urgência de criar medidas para solucionar tal problema.

Importante ressaltar que estupro não é sinônimo de penetração, o crime acontece em diferentes situações, isso porque o “[s]exo anal, oral, apalpação, penetração com dedos ou objetos, por exemplo, estavam na categoria de ‘atentado violento ao pudor’. Agora, todos esses atos podem ser enquadrados como estupro” (Araújo, 2020, p. 13). Dentre as sobreviventes, as mulheres frequentemente lidam com essas situações, onde o abuso é cometido em diferentes contextos, seja no seu ambiente de trabalho, espaços públicos, relacionamentos e até dentro de suas próprias casas. Inesperadamente, os abusadores estão constantemente próximos do convívio social delas, principalmente em ambientes familiares. Com base na análise de dados realizada por Cohen e Gobbetti entre pacientes do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (CEARAS), constatou-se que (53,14%) dos casos são de relacionamentos incestuosos entre pais, filhos e irmãos.

Com base nisso, esta pesquisa direciona um olhar atento não apenas às estatísticas alarmantes, como segundo a notícia da BBC News, mas também analisa um caso específico para ilustrar a complexidade e os impactos desse problema e a sua relação com o campo da

Pedagogia. O abuso é uma realidade das mulheres, nas palavras específicas de Araújo (2020, p. 11) “[t]oda mulher convive com o fantasma do abuso sexual”. Regularmente, muitas famílias diante dessas situações, optam por ignorar ou desacreditar, adotando a negação ao ouvi-lás, especialmente quando decorrentes de uma criança, afinal, elas estão inseridas em uma sociedade machista que contribui na naturalização de práticas e narrativas iguais as citadas no início do texto.

Alguns fatores que levam a essas situações são o que denominamos de família nuclear, como pontua Bento (2012, p. 278) “A interiorização constitui a base da primeira compreensão de nossos semelhantes. Passamos a compartilhar um conjunto de crenças, valores, gostos que são anteriores a mim”. Essa afirmação fundamenta o argumento de que, tradicionalmente, uma família formada por mãe, pai e filhas/os, desempenhou por longos anos um papel cuja função destinava às mulheres um único caminho: ser uma boa esposa e uma boa mãe, enquanto aos homens, seu principal papel era serem os provedores da família. Apesar dessa tradição histórica sobre os lares serem chefiados por homens, em alguns dados é possível compreender um aumento significativo de lares chefiados pelas mulheres. De acordo com o Censo Demográfico 2022, divulgado pelo IBGE, das 72,5 milhões de unidades domésticas no Brasil, 49,1% são chefiadas por mulheres, esse aumento representa um avanço significativo se comparado ao Censo realizado em 2010. Esse protagonismo feminino ainda leva destaque quando esses dados foram maiores que 50% em dez estados do país, como: Pernambuco (53,9%), Sergipe (53,1%), Maranhão (53,0%), Amapá (52,9%), Ceará (52,6%), Rio de Janeiro (52,3%), Alagoas e Paraíba (51,7%), Bahia (51,0%) e Piauí (50,4%).

Ainda assim, com essas definições dos papéis de gênero consolidados na família “ideal”, contribuiu e contribui para perpetuar os episódios do silêncio do abuso contra a mulher de modo que possam manter a aparência diante a sociedade, reforçando a imagem de que a família tradicional é sempre um ambiente de proteção e cuidado, sendo estes, muitas vezes, um lugar de violência, silenciamento e opressão.

Para a análise deste estudo, elegemos duas categorias centrais: papéis de gênero e silenciamento. Em relação aos papéis de gênero, observa-se que as expectativas sociais e culturais atribuídas aos homens e mulheres se diferenciam, seja no modo como se veste, se comporta e se sentem diante uma situação, comportamentos que são vistos como algo natural, mas que historicamente são ensinados e a partir disso, reforçados pelas escolas, religiões e principalmente pelas famílias. Quanto ao silenciamento, ele opera como um mecanismo de poder sobre o machismo e o patriarcado, protegendo os homens das suas atitudes abusivas, perpetuando e normalizando a violência.

Além disso, outra possibilidade são os responsáveis desconhecerem a cruel realidade do meio em que vive e, ao descobrir, se recusam a acreditar, gerando uma reação de raiva e negação do ocorrido. Entendemos isso com base em Cohen e Gobbetti (2000, p. 01) quando afirmam que “[a] sociedade ainda tem dificuldade em aceitar o fato de a família poder ser destrutiva, não configurado sempre em um ambiente seguro”. Atualmente, na terceira década do século XXI, ainda há uma insistência em reconhecer que tais violências estão dentro das relações familiares, predominando a imagem social de família como ambiente seguro e acolhedor, levando a duvidar que existam problemas relacionados à violência.

Considerando isso, esta pesquisa problematiza a história de vida de uma mulher de 20 anos, mãe solo de uma filha, que atualmente segue a profissão como auxiliar de padeiro, cursou até o 9º ano do ensino fundamental e é uma sobrevivente de estupros advindos por parte do pai e do primo durante a sua infância. Uma jovem que, aos 10 anos de idade passou pelo seu primeiro estupro cometido por aquele que deveria, segundo a sociedade, proteger, amar e cuidar, seu próprio pai. A sua vivência revela a importância de políticas públicas que garantam a proteção e segurança a todas as pessoas em situações de violência, a exemplo da Lei do Minuto Seguinte (Lei nº12.845/13), formulada em 1º de agosto de 2013, com o objetivo de proteger as vítimas de abuso sexual. (Lemes e Silva, 2021, p. 75).

A partir do seu relato de vida e da sua percepção de mundo, problematizamos a realidade de uma infância marcada por dores, traumas, medos e inseguranças, bem como as consequências sentidas por ela em sua vida até os dias de hoje. Nas palavras de Perazzo (2015, p. 125)

trazer a primeira pessoa do relato para a ciência pode significar uma inovação no trabalho acadêmico, que exige novos métodos para análise e interpretação de relatos de memória, constituídos como fontes de pesquisa, proferidos oralmente por sujeitos que se recordam do passado no presente e escolhem, a partir de quem são como sujeitos da história, o que querem relatar, contar e resgatar sobre si próprios e seu tempo.

Sendo assim, é utilizando a história de vida desta jovem mulher que iremos desvelar a questão central da pesquisa, considerando as suas memórias e as suas subjetividades como forma de compreender o seu passado e a sua realidade atual, “[ao] que foi e ao que fez, à sua história de vida. E nessa relação entre a narrativa do passado e a lembrança do mesmo, se dá e se encontra a sua memória.” (Perazzo, 2015, p. 128).

Este trabalho busca, portanto, explorar o depoimento pessoal de uma jovem que vivenciou durante seis anos a questão central da pesquisa, fornecendo uma perspectiva onde os

métodos acadêmicos tradicionais, baseados em dados impessoais, podem não ser capazes de retratar completamente. A memória e o testemunho dela são construídos a partir de sua própria identidade e trajetória de vida, e é essa escolha do que relatar e resgatar que enriquece e aprofunda a análise aqui proposta. Assim, reconhecemos que ela, enquanto sujeito da história, tem um papel ativo ao selecionar e compartilhar suas memórias, o que faz da narrativa não apenas uma fonte de informação, mas um elemento chave para a interpretação do contexto estudado.

A partir das considerações apresentadas anteriormente sobre a gravidade do abuso contra a mulher, criamos o seguinte problema de pesquisa: **Como os mecanismos da pedagogia da vergonha contribuem para o silenciamento de mulheres vítimas de abuso sexual, considerando as relações de gênero e o contexto familiar pós-violência?** Diante de tais inquietações, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), baseia-se em uma análise qualitativa, interligados a história de vida de uma mulher, utilizando diferentes abordagens de autores e autoras, a fim de compreender as experiências e a vida das mulheres sobreviventes de abuso a partir de um relato que não pode servir para generalizações, mas cria espaços para pensarmos o tema. Para traçar esse caminho, faremos uso das perspectivas de Gil (2002), cuja análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Esse procedimento pode ser caracterizado como um conjunto de atividades, que envolve a redução de dados, a categorização desses dados, sua compreensão e a redação do relatório.

Assim, este trabalho está ancorado em livros e artigos publicados por outras/os pesquisadoras/es na intenção de explorar diferentes visões sobre os casos de abuso contra a mulher. Deste modo, este estudo também se baseia em uma pesquisa bibliográfica que se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversas escritoras/es relacionados a esse assunto, visto que, em diversas circunstâncias, uma forma eficiente de obter conhecimento de fatos passados, é embasado em dados bibliográficos (Gil, 2002). A análise é explicativa, pois ela tem como preocupação central a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este tipo de pesquisa amplifica o entendimento da realidade ao explicar os acontecimentos (Gil, 2002).

Este trabalho tem como **objetivo geral** desvelar, à luz das teorizações feministas e de gênero, os efeitos da pedagogia da vergonha no relato de uma sobrevivente de abuso sexual, problematizando seus impactos no silenciamento das vítimas. Visando isso, delimitamos os objetivos específicos em: 1. Discutir como os papéis de gênero construídos socialmente

contribuem para a naturalização da violência contra a mulher no cotidiano, à luz das teorizações feministas; 2. Analisar, a partir da narrativa de uma sobrevivente, como a pedagogia da vergonha opera na constituição de silenciamentos e estigmas após o abuso.

Dessa forma, essa monografia, baseia-se no impacto de uma sociedade atravessada por sombras, onde a pedagogia do abuso contra a mulher está presentes, mas não totalmente visíveis e se revelam como testemunhas silenciosas de um problema cultural. Em nível pessoal, é através da dolorosa jornada de uma mulher negra, mãe solo, solteira, de 20 anos, pertencente a uma classe social baixa, cuja infância foi marcada por dor, violência e traumas, que essa pesquisa se desvela, clamando por atenção e transformação. Para obter informações para análise, as seguintes perguntas foram proferidas à personagem:

1. Qual sua idade? Profissão? Estado civil?
2. Tem filhos/as? Quantos/as?
3. Quais abusos você sofreu na infância?
4. Quem eram os abusadores?
5. Como era a sua relação familiar antes do abuso?
6. Na época, como você entendia as práticas de abuso?
- 6.1 Contou a alguém?
- 6.2 Como você vê hoje as práticas de abuso?
7. Eles abusaram de outras pessoas da sua família? Isso costuma acontecer?
8. Houve gravidez fruto do estupro? Ou contágio de infecção sexualmente transmissível (IST)?
9. Como seria sua vida sem abuso?
10. Como você vivencia sua sexualidade hoje?

As referidas perguntas se atentam às perspectivas feministas de que falar sobre é uma forma de cura e de que não há motivos para as sobreviventes terem vergonha (Araújo, 2020; Valenti, 2018). A inspiração do tema da monografia adveio da história de vida de uma mulher adulta que trata do assunto abertamente, mas veio também da experiência como professora de reforço em um projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), na cidade de Nossa Senhora da Glória, Sergipe, criado para melhorar a aprendizagem das/os alunas/os matriculadas/os na rede municipal, concentrando-se nas disciplinas de português e matemática, além de oferecer atividades multidisciplinares para alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Durante meu envolvimento com o projeto, pude vivenciar uma realidade, que até então, só tinha contato através das mídias sociais, e ao manter essa proximidade, trouxe à tona um cenário distante do meu e profundamente perturbador. Por ser uma mulher jovem, foi lá que

tive a primeira aproximação em uma sala de aula repleta de meninas pré-adolescentes, na faixa etária de 12 a 16 anos. Logo, era comum em dias aleatórios durante o mês proporcionar às meninas uma roda de conversa, onde trazíamos temas diversos para serem discutidos, por exemplo, sobre a autoconfiança, a autoestima e o bullying, temas esses que aos poucos iam seguindo outros caminhos, o que levava as meninas se sentirem mais seguras e abertas a compartilharem suas vivências em casa.

As histórias compartilhadas por elas foram fundamentais para aprofundar minha compreensão sobre a realidade enfrentada por muitas crianças e mulheres próximas do meu convívio, pois como citado acima, vivências como essas, eram vistas apenas nas notícias e artigos lidos, e foi a partir dessas experiências diárias que motivaram a direção deste estudo. Ao ouvir os relatos e desabafos, cito um específico que guardo em memória compartilhada por uma das alunas, onde relatou que morava com sua mãe e seu padrasto, mas frequentemente recebia visitas do filho do seu padrasto. Em um dia específico, uma tarde de festa entre família, a menina foi trancada no seu próprio quarto pelo enteado, que sem desconforto algum, sentiu liberdade em apalpar seu corpo. Passado isso, resolveu contar o que aconteceu a sua mãe, que imediatamente a repreendeu e não acreditou na fala da filha. Lembro-me exatamente deste momento da fala, com voz de choro e lágrimas nos olhos, verbalizou: “Não podemos contar a ninguém, porque nada é feito e ninguém vai acreditar na gente”, fazendo com que as demais meninas presentes concordassem com o que havia ouvido.

E foi a partir das histórias de violência de alunas, alguns advindos da sua própria casa, que tornou-se possível perceber a dimensão do problema vivido por elas e por outras mulheres que não tem coragem de se abrir e compartilhar, vivendo uma vida cheia de culpa, medo e silêncio. A partir dos dados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, “[a] residência continua sendo o local mais perigoso, onde 72,2% dos casos ocorrem. O local do crime é facilmente compreendido quando se sabe que, em 71,5% das vezes, o estupro é cometido por um familiar” (Anuário, 2023, p. 206), a partir desses dados, percebe-se que essa é uma realidade comum entre jovens e mulheres que enfrentam graves violências e ainda permanecem silenciadas dentro e fora de casa, por isso o interesse em estudar sobre o assunto crescia, especialmente após as partilhas nas rodas de conversas.

Miranda, Oliveira e Maio (2013, p. 07) expressam isso ao afirmar que “[o] abuso sexual doméstico é um fenômeno polêmico e inquietante, pois se encontra envolvido pelo medo, vergonha, culpa e o silêncio de quem sofre a violência e de quem está envolvido”, além disso, o silêncio também carrega consigo a descrença nas palavras dessas mulheres. Durante as conversas com as alunas, recordo-me vividamente dos relatos contidos, permeados por lágrimas

e vergonha, vindo de crianças que enfrentam diariamente o trauma do abuso, pois essa negação ao acolhimento por parte da família fortalece ainda mais essa situação, contribuindo para uma memória dolorosa que as acompanhará por toda a infância e vida. Oliveira et. al. (2013, p. 40) define que:

[o] abuso e violência sexual trás para a vida de suas vítimas danos irreparáveis, é um ato que viola não só o corpo mas também o psicológico do indivíduo que passa por essa lastimável crueldade. O corpo e a mente da criança estão em constante evolução até atingir a forma adulta, e quando violados, algo certamente mudará nesse processo de progressão que trará danos psíquicos muitas vezes irreparáveis.

Nesse sentido, as consequências do abuso sobre a sobrevivente são diversas e duradouras, o trauma psicológico gerado pode manifestar-se em distúrbios como ansiedade e depressão, afetando negativamente na saúde mental e no desenvolvimento social e físico ao longo das diferentes fases da vida. Outros comportamentos autodestrutivos, como automutilação e dependência de substâncias, muitas vezes se desenvolvem como alternativas lesivas de lidar com o trauma, assim como também é comum repetidamente vivenciar relacionamentos abusivos e/ou lidar com trocas excessivas de parceiros, prolongando o ciclo de violência (Oliveira et. al. 2020).

Sob essa perspectiva, a necessidade de compreender e explorar as complicações desses casos, originou uma motivação incessante em aprofundar a pesquisa sobre a pedagogia da vergonha nos casos de abuso contra a mulher, mostrando que essas práticas educativas estão no cotidiano e não exclusivamente dentro da sala de aula, mas que estamos diariamente, naturalizando-as. Por isso, este trabalho busca desvelar formas de contribuir para o entendimento desse cenário lastimável, que atualmente está cada vez mais frequente e comum na vida da mulher. Entendemos que esta pesquisa torna possível não apenas ampliar o conhecimento acadêmico, mas também desempenhar um papel fundamental ao fornecer informações que favorecem a saúde e vida das mulheres. A intenção é também mostrar que elas são agentes de suas vidas, sobretudo quando quebram o silêncio diante desses cenários violentos e opressores.

Mulheres, sobreviventes de abusos dentro do contexto familiar, frequentemente optam por manter o silêncio por um longo período devido à constante proximidade com o abusador, e essa sensação de vergonha e culpa acaba beneficiando. Rebecca Solnit (2017, p. 45), observa isso como:

[as] formas de silenciamento que uns empregam contra outros, ampliam o campo, passando a incluir a vergonha, a humilhação, a exclusão, a desvalorização, o descrédito, as ameaças e a distribuição desigual do poder por meios sociais, econômicos, culturais e jurídicos.

A autora revela a complexidade do silenciamento na vida, no meio social e dignidade de quem sofre o abuso, além de como algumas culturas e práticas sociais marginalizam suas vivências. O conceito de silêncio para referir a exclusão e repressão da voz das mulheres, é pensado a partir das ideias de Solnit (2017, p. 27) “O silêncio é o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido. Ele cerca as ilhas dispersas formadas pelos que foram autorizados a falar, pelo que pode ser dito e pelos ouvintes.”. Com isso, as mulheres constantemente são culpabilizadas pela sociedade, o medo do julgamento e as desconfianças, reforçam e influenciam ainda mais o receio em falar e pedir ajuda, quando na verdade para o abusador, essa é uma estratégia de sustentar o abuso. A cultura do estupro propaga a desconfiança e a desvalorização quando associados aos depoimentos das mulheres (Solnit, 2017), já que o “Estupro é o único crime em que a vítima é que sente culpa e vergonha” (Araújo, 2020, p. 11).

Entendemos, portanto, como uma pedagogia da vergonha, pois foi o próprio pai, o tio, o irmão, pessoas as quais ninguém irá acreditar. São relatos que oferecem a percepção de que a culpa é sempre da mulher, pois elas estão inseridas em um sistema onde o homem possui mais privilégios, e muitas vezes, considerado como alguém que tem poder e não há restrições sobre o que é certo ou errado, já que essas visões são frutos de uma cultura ensinada desde a infância. Do mesmo modo que a mulher foi e é ensinada a como se comportar, cobrir suas pernas, sentar, vestir, falar e a se encolher. Esse silêncio se desenvolve gradualmente, ele é ensinado, construído e ameaçado pelo medo de serem mortas, que verdadeiramente, muitas vezes são.

“Há mulheres abusadas a caminho do trabalho ou da escola, idosas atacadas enquanto dormiam dentro de casa e mulheres violentadas quando estavam em busca de atendimento espiritual” (Araújo, 2020, p. 16). Eles estão sempre ao nosso redor, invisíveis e passando despercebidos como um tubarão nadando nas águas de uma praia. Ainda, há algo recorrente nestes casos e que ocorreu com a personagem desta pesquisa: a sobrevivente conhece o estuprador. Por isso, orientar as meninas e os meninos sobre abuso, violência e consentimento é indispensável e vem de encontro com as bases deste trabalho, podendo conscientizar as/os docentes para que se atente às suas alunas e alunos, participando ativamente para saber lidar com situações que às vezes acabam passando despercebidas, seja dentro ou fora da sala de aula. Por esse motivo, é fundamental que as/os educadoras/es observem os sinais e comportamento

das crianças, a fim de reconhecer se estão sofrendo abuso em casa ou em outros ambientes. Dessa maneira, a escola se torna um local acolhedor e seguro, onde elas/es se sentirão encorajadas/os a buscar ajuda quando necessário.

2 . RELATOS ANALÍTICOS SOBRE ABUSOS FAMILIARES

A partir de agora, nas linhas seguintes, serão discutidos os abusos vivenciados no âmbito familiar por uma jovem à qual me referirei como ‘Fênix’. A escolha da ave mitológica para representá-la, foi uma forma de mostrar como eu vejo as mulheres na vida real, onde mesmo diante de desafios dolorosos conseguem renascer e encontrar forças para seguir em frente, pois a figura feminina, muitas vezes é associada pela sociedade e em culturas diversas como: frágil e sensível. “Isso vem de um costume patriarcal, que trata a mulher com inferioridade, como se as mulheres fossem submissas aos homens” (Lemes e Silva, 2021, p. 80).

Mas, como mulher e enfrentando na pele os empecilhos que nos é ofertado diariamente, vejo que diferentemente dessa imagem associada, elas têm uma capacidade única, onde a sua força vai além do que o outro pode ver nas entrelinhas. Por isso, assim como a Fênix que possui a capacidade de renascer das próprias cinzas após a morte, as mulheres também se reconstroem e usam a dor para criar coragem em situações às quais por vezes são submetidas. A potência da alma feminina, nas palavras de Campos (2016, p. 10) “A quebra da autoconfiança e da autoestima empurra as vítimas para a margem de seus caminhos existentes. Não poucas, suicidam-se. Todas declararam-se, para sempre, sobreviventes.”

Assim, a análise desta pesquisa será realizada com fundamento em teóricos, como: Araújo (2002), Campos (2016) e Solnit (2017) de modo que relate as suas experiências pessoais à ideias conceituais. Para isso, foram criados seis eixos intitulados: 2.1 Os laços que ferem: famílias que acorrentam uma dor com endereço; 2.2 Uma dor que não cessa: voando de uma geração à outra traçando o mesmo destino entre mãe e filha; 2.3 Quando o medo se desfaz, a voz começa a ecoar: como um ato de coragem, novos caminhos se abrem para uma desobediência que liberta; 2.4 A ambiguidade da aliança: o casamento como um escape disfarçado de salvação; 2.5 Do sentimento de culpa à consciência dos abusos: quando a dor ganha nome, cor e forma; 2.6 Cicatrizes invisíveis do fim: marcas que permanecem no corpo e na memória. A partir disso, os eixos serão discutidos através de perspectivas feministas, enfatizando o patriarcado e as relações de poder sobre o corpo feminino, assim como a cultura e naturalização do estupro carregado da vergonha, da culpa e do estigma social, associando a história da mulher sobrevivente do abuso.

Na seção seguinte, iniciaremos a primeira análise relacionada ao Eixo 2.1, onde exploraremos a relação de Fênix dentro do seu núcleo familiar, bem como as marcas e o silêncio como o seu fiel escudeiro durante anos.

2.1 Os laços que ferem: famílias que acorrentam uma dor com endereço

A entrevista foi iniciada questionando a sua relação com o abusador, o seu pai:

A minha relação com meu pai sempre foi muito ruim, nunca houve momentos bons com ele, toda a minha vida foi a base de violência e maus tratos, desde a minha infância eu o odiei (Pergunta 5).

Essa fala representa o que Araújo (2002) diz sobre o abuso sexual familiar, frequentemente, o grande vilão é o pai. Por mais que seja uma situação difícil de enfrentar e até acreditar, os abusos recorrentemente acontecem dentro das famílias e partem justamente daqueles que deveriam proteger.

Isso acontece porque a ideia que a sociedade tem é do pai como o centro e o protetor da família, e com base nos conceitos das autoras utilizadas neste trabalho, nos ensinam que a realidade da família não é a que nos é ensinada, a tradicional, harmoniosa e feliz o tempo inteiro. Em alguns contextos familiares, podem ocorrer conflitos, problemas e violência, como a história de vida da jovem Fênix, ao responder as perguntas com a sua voz trêmula, saiam respostas carregadas de angústias, mágoas e traumas deixados por alguém que teve a chance de descarregar amor a sua filha, mas preferiu deixar a dor e “[...] dependendo do tipo de relação que mantém com o agressor, ela oscila entre calar ou denunciar tais atos praticados que, por obrigação, deveria lhe dispensar cuidado e proteção.” (Araújo, 2002, p. 07).

Ainda que o pai tenha sido a figura culpada pelo abuso, vamos pensar para além dele, por isso faço esse questionamento para refletirmos além do óbvio: só tinha apenas ele ali? Ninguém viu? A verdade é que essas perguntas transcendem o individual, refere-se a um problema não apenas cultural, mas também social e familiar, e a família, infelizmente, se negou a ver. Em suas palavras, Araújo (2002, p. 07) destaca que “Garante o silêncio da vítima muitas vezes, com promessas, cumplicidade ou mesmo ameaças, e, frequentemente, se beneficia da convivência ou cegueira da mãe e dos outros membros da família.”. Em complemento, Fênix nos revela que os abusos não partiram apenas do seu pai, mas também de um outro membro:

Com meu primo, estávamos na piscina nadando juntos, eu ainda não sabia nadar, mas ele se ofereceu a me ajudar, quando senti ele passando a mão nas minhas partes íntimas, fiquei assustada e sem reação por estar acontecendo novamente com alguém que eu amava e que era da minha família (Pergunta 5).

Isso nos leva a refletir sobre o que foi discutido anteriormente, a família é vista socialmente como o primeiro lugar onde a criança se sentirá segura e protegida, no entanto, também são esses espaços um dos principais fatores que promovem os abusos, pois além do

seu pai, o abuso se repetiu, dessa vez, pelo primo, indivíduo que a sobrevivente tinha um sentimento afetuoso e respeitoso, logo, será difícil para essa jovem ver a sua família como um refúgio seguro, quando é justamente esse lugar que a faz ter medo e receio em falar e ser acreditada. “O estupro é o ódio e a fúria ocupando o lugar do amor entre os corpos. É uma visão do corpo masculino como arma e do corpo feminino (no estupro heterossexual) como inimigo.” (Solnit, 2017, p. 43). A análise da autora demonstra uma realidade onde o homem se coloca como proprietário, considerando obter poder e acesso livre ao corpo da mulher, e nem sempre demonstrando algum tipo de arrependimento, isso acontece devido a fatores históricos e culturais, consideravelmente machistas e patriarcalistas que estão enraizados na sociedade.

São a partir de visões e ideias como essas, que a violência e os abusos continuam acontecendo, mesmo com avanços e conquistas em políticas públicas, a exemplo da Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013), já mencionada nas entrelinhas deste texto, tendo como objetivo proteger e amparar as pessoas em situações de abuso sexual, sendo estas não somente as mulheres. Além das lutas das feministas em prol de garantir mais segurança e liberdade ao corpo e a vida da mulher, visto que são elas as que mais sofrem violência, conforme apresentado pelo site Gênero e Número (2020), os maiores índices de violências são contra as mulheres, chegando a quase 67% aqui no Brasil, e isso parece não ser o suficiente para que os abusos não venham a acontecer.

Observando esses dados apresentados, entendemos que os abusos continuam se perpetuando devido a ineficiência do campo político e das práticas de prevenção (Araújo, 2002). São essas falhas que continuam diariamente permitindo que mais mulheres percam suas vidas e tenham o reconhecimento dos seus direitos negado, e consequentemente, recaindo sobre si a culpa pelos abusos sofridos, enquanto o abusador em muitos desses casos é protegido e isento da sua punição. Sobre isso, analisaremos o eixo 2.2, sobre os ciclos contínuos de abusos sofridos, caracterizados, desta vez, por mais duas sobreviventes: a sua prima e a sua filha. A partir disso, com o auxílio de teóricos, buscaremos aprofundar as ideias já discutidas em associar a família como um lar seguro, assim como o modelo patriarcal de idealizar o homem como o protetor, fortalecendo os padrões de opressão e violência.

2.2 Uma dor que não cessa: voando de uma geração à outra traçando o mesmo destino entre mãe e filha

A dor se repetia, ela repetia novamente em seu lar, pelo mesmo estuprador: o seu pai, mas desta vez ele alcançava não apenas Fênix, mas também a sua filha de 1 ano e cinco meses

de vida, assim como a sua prima, outra sobrevivente desse abusador. Quando chegamos no momento dessa descoberta, levaram-se alguns segundos para sair a frase:

Meu pai abusou de mim, mas também da minha prima e minha filha. Comigo aconteceu por muito tempo e com a minha filha não chegou a ter penetração, mas ele topou nas partes íntimas dela, mordeu o peito e falava palavras feias (Pergunta 7)

Essa é uma daquelas respostas que nos embrulha o estômago, pois entende-se que mesmo não havendo penetração, ainda se consuma como um estupro de vulnerável,

[...] todo e qualquer ato de cunho sexual consumado ou tentado, com o emprego de violência, coerção ou investidas sexuais indesejadas e ofensivas, em que não existe o consentimento da vítima, ou quando ela não for capaz de manifestar a sua contrariedade e o desinteresse na prática do ato (Lemes e Silva, 2021, p. 77).

Isso nos leva a pensar novamente como a família nem sempre é um lugar seguro, assim como mulheres que já sofreram abuso sexual, revelam-se incapazes de proteger que suas filhas também sejam abusadas (Araújo, 2002), isso pode acontecer devido ao não apoio da mãe ao longo dos anos vivendo nesse ciclo de abuso, por isso, muitas vezes, não conseguem reconhecer que a sua filha esteja correndo risco de viver os mesmos traumas, principalmente do mesmo abusador. Ainda, nas palavras de Campos (2021), isso é reflexo de um sistema cultural e político diretamente ligado ao patriarcado, sob o poder do pater, do pai, do chefe da família, ou seja, ideias que concentram nas mãos do homem deter um papel dominante sobre a sua família e na sociedade. Conforme argumenta a autora:

É nesse modelo exploratório de subjugação que vivemos ainda hoje e no qual a prática do estupro não apenas é tolerada, mas é utilizada como um método de controle e de manutenção da hegemonia desse poder patriarcal em todas as suas esferas (Campos, 2021, p. 07).

A partir das ideias de Campos (2021), juntamente com a resposta da entrevistada, há uma divergência na idealização da família. Por estarem aprisionadas ao modelo patriarcal, idealizam a imagem do homem como o protetor, aquele que irá cuidar e proteger, concepções essas que levam diversas mulheres a vivenciarem da violência dentro da sua própria casa. Para Araújo (2002, p. 08) “Mulheres que sofreram abuso sexual na infância tornam-se mais vulneráveis para estabelecer relações com homens abusivos e, consequentemente, mostram-se menos capazes de proteger suas filhas do abuso sexual”. Fênix, mesmo passando por ciclos de violência durante anos da sua vida, não conseguia enxergar que o seu pai não passava

segurança para a sua filha, levando-a então a sofrer da mesma violência do próprio avô. Ele, por sua vez, sequer pensou na dor que a faria reviver, além das marcas carregadas de consequências para a vida da sua neta.

Isso acontece porque violentar um corpo que é socialmente subjugado e vulnerável, traz a sensação de controle e poder, negando qualquer existência de culpa ou vergonha para o abusador, pois ele sabe que existe uma pedagogia da vergonha, mas ela é única e exclusivamente feminina, somente as mulheres têm vergonha e medo, não há um mínimo de culpa quanto à prática de estupro em um sistema patriarcal e machista para a sociedade brasileira. (Campos, 2016). O estupro, então, ainda nas palavras de Campos (2016, p. 09) “[...] não é, simplesmente, satisfazer o seu desejo em relação a ela, mas, principalmente, desempoderá-la, destruí-la, minar a sua potência e a sua capacidade de subverter as estruturas arcaicas do poder patriarcal”. Ainda, em complemento a resposta anterior, Fênix conclui:

Quando aconteceu comigo, eu tentava viver, e quando soube da minha filha eu entrei em depressão, ansiedade, tentei me matar cinco vezes. Comigo foi ruim, mas ao saber dela foi uma dor inexplicável, eu preferia que tivesse sido comigo todas as vezes. (Pergunta 7).

Ao ouvir isso de Fênix, os seus olhos expressavam aquilo que muitas mulheres, sobreviventes do estupro, por vezes sentem: a culpa pelo terror vivido, quando na verdade o único culpado é o abusador, por aproveitar da vulnerabilidade e imaturidade da sua filha e da sua neta, utilizando promessas ou até mesmo ameaças para se beneficiar da situação para prolongar os atos de violência. (Araújo, 2002).

Esses apontamentos nos conduzem para aprofundarmos na história de vida de Fênix a partir do eixo seguinte, no qual exploraremos sobre o processo para quebrar o silêncio dos abusos sofridos, bem como as implicações deixadas na sua vida diante o silenciamento da sociedade sobre as suas falas e denúncias.

2.3 Quando o medo se desfaz, a voz começa a ecoar: como um ato de coragem, novos caminhos se abrem para uma desobediência que liberta

O momento de quebrar o silêncio é sempre muito difícil para quem sofreu o abuso, e isso acontece por alguns motivos, como o medo, as ameaças, o julgamento da sociedade ou da própria família. São incertezas que martelam a mente no momento de compartilhar com outra pessoa, pois o silêncio está entrelaçado na história das mulheres. Para Solnit (2017, p. 30) “[...]

a cultura do estupro afirma que o depoimento das mulheres não tem valor, não merece confiança.”. O silenciamento, muitas vezes, é o único caminho que essas mulheres encontram, pois, ainda há parcelas da sociedade que obrigam essas mulheres a provarem a violência sofrida, quando há também, participação dos mesmos em julgá-las, até pela sua roupa curta, sendo essa uma das mais comuns justificativas utilizadas para se referir sobre o que levou despertar o desejo no abusador, ou as provocações que supostamente a mulher tenha dado.

A mulher permanece por um longo período em silêncio, sofrendo e guardando para si, por medo dos julgamentos de pessoas que buscam culpar alguém que não tem possibilidade alguma de culpa: a sobrevivente. Assim como dito por Campos (2016) sobre os serviços do modelo patriarcal, onde não apenas os homens, mas também mulheres, incorporam o mesmo modelo, machista e classificatório para justificar a violência devido ao seu modo de se vestir e os lugares que frequentam, lugares esses denominados inapropriados para uma mulher “direita”. Esses pensamentos dialogam com as ideias de Bernardo (2023) e Baliscei (2023) ao dizer que essas representações de comportamentos vão de encontro aos:

Estudos da cultura se preocupam com as imagens, já que elas fazem parte do cotidiano dos indivíduos, afetando-os em âmbitos identitários, profissionais, emocionais, políticos, religiosos e de gênero e sexualidade (Bernardo, Baliscei, 2023, p. 198).

As palavras ditas por Fênix, vão de encontro com essa visão cultural sobre a mulher quando ela expressa que:

Levou mais de seis anos para contar a alguém, quando eu já estava casada, tinha um emprego e tinha minha filha, não morava mais com ele, então eu sabia que ele nunca mais teria contato nenhum comigo e não afetaria mais nada em minha vida (Pergunta 6.1).

A sua história reflete o que muitas mulheres são obrigadas a lidar durante a vida, elas vivem anos caladas, guardando toda a violência sofrida, em grandes partes, se sentindo usadas, até mesmo, sentem-se um nada. “O corpo da mulher abusado e subalternizado mina a potência da alma feminina que se recolhe aos grotões da sua própria vida” (Campos, 2016, p. 10). O peso do silêncio, acompanha por toda a vida da mulher, para Fênix isso não foi diferente, a jovem conviveu mais de seis anos dentro de casa com o seu abusador, então chega um momento que a violência começa a ser vista como algo natural, restando apenas a opção de aprender a viver com ela e alimentando a esperança de que um dia o terror acabe. Esse é o reflexo da realidade de tantas histórias iguais que frequentemente se repetem, levando as mulheres a permanecerem com os seus abusadores, considerando que para elas não há um outro caminho, além da

dependência financeira quando se tem filhos deles. Segundo o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2024), entre as mulheres negras sem renda suficiente para se manter e que sofrem violência doméstica, 85% convivem com o agressor. Além disso, mulheres negras com filhos menores de 18 anos, 80% ainda residem com o agressor.

No caso de Fênix, o abusador era o seu pai e os ciclos de violência começaram ainda na sua infância, logo, cortar o vínculo de imediato não era algo possível, principalmente para quebrar o silêncio, visto que ela ainda era uma criança e tinha medo e receio do que pessoas próximas poderiam pensar. Nas palavras de Solnit (2017, p. 30) “Às vezes, a mera possibilidade de falar, de ser ouvida e ser acreditada é parte essencial do procedimento a uma família, uma comunidade, uma sociedade.” Logo, amparado no que já foi dito neste eixo, vivemos em uma cultura onde a culpa, o julgamento e a negação em acreditar nas palavras das mulheres, mais especificamente sobreviventes de abusos, tomam conta e como resultado, constroem e direcionam espaços onde suas vozes são silenciadas, na verdade, ouso em dizer, em alguns casos é necessário ter sangue para que as mulheres possam ser ouvidas.

Ainda, no meio da entrevista, suas mãos trêmulas refletiam as recordações obscuras que ainda permanecem em seu corpo, mesmo assim, Fênix compartilha com mais detalhes da sua história dizendo:

Eu comecei a ser abusada pelo meu pai com dez anos, aos dezesseis eu casei e tive uma filha, então, quando ele também abusou da minha filha foi que eu tive coragem de contar (Pergunta 6.1).

Por isso, retorno a afirmar, para ela, sair de casa não era uma possibilidade, pois era apenas uma criança, cheia de sonhos e planos que foram possivelmente se perdendo com o passar dos anos, e tendo que lidar com tudo isso sozinha em completo silêncio, ainda, não bastando o trauma e pesadelo vivido, Fênix buscou uma saída: o casamento.

Mesmo sendo tão jovem, aos seus dezesseis anos, viu o casamento como um refúgio para escapar dos abusos vividos dentro de casa. De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2023) afirma que “52% das brasileiras que já sofreram violência doméstica ou familiar praticada por um homem afirmam que ele era marido ou companheiro na época da agressão.”, esses dados é o exemplo de como o casamento, em determinadas circunstâncias, pode ainda se configurar como espaço para perpetuar a violência.

A sua história de vida representa tantos outros exemplos de jovens e mulheres que buscam essa mesma saída, mas que infelizmente nem todas têm a sorte de viver um amor leve e tranquilo, de modo que amenize tamanho trauma e violência vivida. O casamento é um

aspecto que nos chama atenção e que merece ser explorado, pois culturalmente e historicamente, esse foi o único caminho imposto para as mulheres, uma construção social ultrapassada que ainda persiste nos valores impostos ensinados desde a infância. No entanto, aprofundaremos essa discussão com mais detalhes no eixo seguinte.

2.4 A ambiguidade da aliança: o casamento como um escape disfarçado de salvação

Nas palavras de Solnit (2017, p. 29) “A libertação sempre é, em parte, um processo de contar uma história: romper histórias, romper silêncios, criar novas histórias”. Na vida de Fênix, romper o silêncio era um processo difícil e que levaria anos para quebrar, pois, como discutimos nos eixos anteriores, esses abusos ocorriam no contexto familiar. Ela, ainda muito jovem, com medo de que os abusos continuassem além da sua infância e adolescência, viu o casamento como uma oportunidade de criar uma história para a sua vida. Como nos filmes e nas novelas, aprendemos a lidar diariamente com a criação de expectativas, expectativas essas de que um dia, quando nos casarmos, encontraremos a felicidade ou que viveremos aquele amor recíproco, como casal de margarina, feliz o tempo inteiro.

Em nossa cultura, somos ensinadas desde a infância a lidar com a falta do cuidado paterno, e, por isso, nos ensinam que o casamento poderá preencher aquilo que faltou, quando, na verdade, essa representação de amor, nas palavras de Zanello (2018, p. 83) nos diz que “O amor, em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e a mais invisível) de apropriação e desempoderamento das mulheres”. Quem nunca conheceu alguém que antes do casamento era uma pessoa mais feliz, vaidosa, cheia de planos e, ao casar, tudo isso foi se modificando, e automaticamente, já não é mais a mesma pessoa, como se em algum momento, ela tivesse se reorganizado para se encaixar e corresponder às expectativas do seu parceiro. As mulheres, diariamente abdicam dos seus sonhos e da sua liberdade para viver a do outro, através dessa ideia de amor romantizado e idealizado, especificamente para o gênero feminino, cria um ciclo de desempoderamento e controle sobre elas, onde, muitas vezes, isso ocorre de forma tão natural que torna-se invisível.

Desde a infância, as mulheres são ensinadas que deverão um dia casar, ter filhos e construir um linda família, pois somente assim conseguirão ser felizes e realizadas, como nos desenhos animados que a princesa precisa de um príncipe em seu cavalo branco para salvá-la da realidade cruel em que vive. Devido a essa cultura idealizada, diversas meninas crescem acreditando que o casamento é um desejo natural delas e, consequentemente, é também essencial para sua realização pessoal, tornando essa a meta central das suas vidas. Para Fênix,

essa construção romantizada não foi diferente, devido aos abusos advindos pelo seu pai, ela viu uma saída:

Com os estupros constantes eu decidi encontrar alguém e casar, só assim eu poderia ser feliz e ficar livre das coisas que ele fazia comigo (Pergunta 6).

Nesse momento da fala passei a refletir sobre: como ela poderia ainda acreditar que só um homem poderia fazê-la feliz e quem sabe, trazer paz a sua vida? Mesmo com tanto sofrimento vindo daquele que deveria cuidar e amar, o seu pai, somente te ofereceu dor e desprezo, a faria crer que sua única saída para pôr um fim em todo sofrimento seria através de um outro homem? Bem, o que acontece é que não só para Fênix, mas para tantas outras mulheres, essa é uma oportunidade de ganhar liberdade e criar um começo da sua história de vida.

No entanto, não se coloca em questão o quanto esses casamentos, não generalizando, em vez de libertar, fazem aprisionar ainda mais, as mantendo muitas vezes em relacionamentos abusivos e sem sentimentos, mas acreditando que poderá, um dia, mudar o seu parceiro, pois reafirmo que, culturalmente, as mulheres são criadas e ensinadas a sempre serem mais compreensivas, mais pacientes e capazes de perdoar e aguentar tudo em nome do amor, ou aquele velho ditado “ruim com ele, pior sem ele”, ideias como essas aprisionam mulheres em casamentos fadados ao silenciamento, a opressão e até a invisibilidade delas. Isso se manifesta também, na ideia e naturalização de que a mulher precisa de um homem para ser feliz e, se não tem ficará para “titia”, uma frase que soa como algo negativo para elas, visto que se ficou sozinha é porque não é boa o suficiente ou nenhum homem a quis.

Dessa forma, muitas mulheres com medo disso acontecer e virar alvo de crítica pela sociedade e especialmente, pela sua família e/ou pessoas próximas, investem seu tempo e sua vida em relacionamentos ruins com homens cujo valor, amor e respeito não são oferecidos, mas, devido a essas construções culturais, renunciam à própria felicidade para viver de acordo com aquilo que foi idealizado para ela. Sabemos que essa pressão social é única e exclusivamente delas, como escritora deste trabalho e mulher, me vejo em situações onde sou cobrada por tios, avós e parentes que não vejo com frequência se já me casei, quando vou ter filhos e até sendo comparada a outros membros da família, onde acabam criando uma expectativa imposta sobre o meu futuro com frases disfarçadas de conselhos, mas que nitidamente, veem isso como uma obrigação feminina. De acordo com Zanello, (2018, p. 93), isso se manifesta como: “No caso das mulheres, podemos ver isso por meio do discurso popular

(ideológico) do "relógio biológico" ("olha o relógio biológico!", "As mulheres têm necessidade de casar e de ter filhos, é o relógio biológico!")".

Tomando como base a minha experiência, essa perspectiva também pode ser observada na fala de Fênix, quando compartilha dizendo:

Essa foi a saída que eu tive de fugir desse pesadelo, mas não fui feliz nesse casamento, eu era muito nova e acabei sofrendo bastante, não era o que eu imaginava (Pergunta 6).

De fato, nunca é como imaginamos, assim como não é da forma que representam nas redes sociais, nas músicas e filmes. Essa percepção dialoga novamente com o que Zanello (2018) chama de “dispositivo amoroso”, em que diariamente mulheres se sacrificam e se dispõe ao esquecimento por amor ao outro. Essa frustração de Fênix, exemplifica ainda mais o quanto a ideia de casamento, pode, muitas vezes, ser ilusória, principalmente para aquelas que crescem em ambientes de violência, tornando aquilo que poderia ser um novo começo feliz, converter-se em novos desafios e novas dependências emocionais. Além disso, muitas mulheres se veem sem apoio e sem saída para recomeçar a vida e isso nos leva a refletir o quanto essa cultura de carência é ensinada desde cedo, impedindo que mulheres cresçam e vivam a sua liberdade sozinhas, de modo que a sua solidão não seja vista de forma negativa, mas sim como algo positivo e libertador.

Assim, como define Bento (2012, p. 276) “[...] os sujeitos deveriam encontrar sentidos para suas existências solitariamente. Não estaria no outro as respostas para o sentido da vida.”, por isso, é necessário que as mulheres coloquem como centro de prioridade os seus objetivos e passem a ver o casamento como um complemento, não necessariamente como a única forma de serem valorizadas e realizadas, buscando no outro o cuidado e o amor que nunca receberam. Utilizo ainda das palavras de Zanello (2018, p. 84) para complementar essa ideia: “Em nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens”. Essas construções culturais alimentam e idealizam os sentimentos e a visão da mulher para com o homem, sempre os colocando em primeiro lugar e direcionando a sua vida para a relação, enquanto o homem prioriza o seu trabalho, amigos, esportes. São essas idealizações que mantém de forma negativa a imagem da mulher solteira, tendo-as como não escolhidas, quando na verdade muitas delas só veem a vida com outro olhar, com outras perspectivas e possibilidades de ser feliz.

Na verdade, quando falamos sobre possibilidades, elas nunca foram de fato algo destinado às mulheres, pois por um longo tempo, fazer suas próprias escolhas estaria além do

possível. Ainda sobre as ideias de Zanello, enquanto mulheres perdem meses e anos da sua vida para manter e salvar os seus relacionamentos, muitos dos homens não se comprometem em ter boas relações com as suas companheiras, pois para eles, as mulheres sempre estarão dispostas a abrir mão dos seus sonhos, vontades e até mesmo seus incômodos. Isso acontece justamente devido à construção social, um tanto clichê, de que é natural do homem e que um dia ele irá mudar, a mulher só precisa ter paciência.

Tendo isso em vista, essas reflexões nos conduzem para a discussão de um novo caminho, a naturalização de comportamentos advindos do homem, bem como o reconhecimento dos abusos que por tanto tempo foi silenciado.

2.5 Do sentimento de culpa à consciência dos abusos: quando a dor ganha nome, cor e forma

As mulheres diariamente são isentas do protagonismo das suas conquistas e do seu estilo de vida, pois, historicamente e culturalmente, esse lugar foi e se mantém destinado a um único gênero: o masculino. Em vista do exposto, cabe a seguinte reflexão: se esse reconhecimento e protagonismo em tantos aspectos sempre foram direcionados a eles, por que quando falamos sobre os abusos cometidos e o sentimento de culpa desses atos não são também atribuídos a eles? Na verdade, o sistema do silenciamento juntamente ao modelo patriarcalista da sociedade, criam alternativas para esconder essas desresponsabilizações dos verdadeiros responsáveis, um processo que ocorre desde sempre, trazendo reflexos do modo como as mulheres foram moldadas desde a sua infância a serem gentis, delicadas, como se comportar, o que vestir, e quando não correspondem aos comportamentos estabelecidos, são culpabilizadas pelas violências que sofrem.

Isso é, ainda nas palavras de Campos (2016, p. 09) “[s]e a mulher foi estuprada e apresentou o seu corpo nessas condições, em verdade, ela "pediu" para isso. Não há o que se falar em culpa daquele que a estuprou, ela sim, foi a culpada. A culpa é dela e a punição por essa culpa é o próprio estupro”. Desde sempre, elas são ensinadas a evitar a violência, e não os homens a não cometê-los, pois responsabilizá-los pelos abusos, prejudicaria a imagem construída do homem de sempre ser o provedor, o cuidador e protetor do seu lar, especialmente das mulheres. Portanto, sentir vergonha ou culpa é algo único da mulher, visto que essas ideias construídas, se tornou, ao longo do tempo, a naturalização em assumir responsabilidades que não são delas. Essa ideia é reforçada por Zanello (2018, p. 83) ao afirmar que “Nesse modelo se encerra, portanto, laços de domínio que geram desigualdades, dependência e propriedade

sobre mulheres e privilégios para os homens.”, e esse privilégios acontecem especialmente em dificultar a responsabilidade pelos seus crimes, os protegem da culpa, e muitas vezes, fazem com que as mulheres, sobreviventes dos abusos, levem consigo o peso de uma culpa que nunca foi sua.

Sobre essa questão, questionei a Fênix como ela se sentiu em relação aos abusos, e os seus pensamentos seguiam uma só realidade:

Antes eu achava que tudo era culpa minha, vivi por anos sofrendo os abusos e acreditando que eu tinha dado um motivo para o que aconteceu. Eu também acredito que ainda muitas mulheres sofrem com isso e permanecem em silêncio com medo e vergonha (Pergunta 6.2).

Ouvindo isso, compreendemos que esse sentimento de culpa não é criado naturalmente, mas sim devido aos padrões de controle que foram e são socialmente construídos. Como nos afirma Campos (2016, p. 09) “Aos padrões de comportamento aos quais devem estar enquadradas as mulheres nas sociedades patriarcais: os padrões do recato, da submissão, do despoder”. Esses padrões totalmente masculinizados, reforçam o papel designado às mulheres a se fecharem diante das vontades dos homens, bem como limitar os seus direitos e a sua voz, refletindo especialmente nas denúncias dos abusos, tornando isso como algo impossível de serem ouvidas e principalmente, acreditadas, uma ideia criada como forma de garantir o silêncio e controle sobre o corpo feminino.

Além do sentimento de culpa direcionado às mulheres, chamamos atenção para um outro ponto, muitas vezes, minimizado: a consciência dos abusos. Muitas mulheres vivenciam abusos frequentes e não conseguem enxergar como uma violência, como se não soubesse nomear tais atos. Fênix, abusada não apenas pelo seu pai, mas também por outro membro da família, em meio a entrevista compartilhou que não sabia ao certo o que um deles tinha feito, mas sobre o seu pai, não havia dúvidas:

Em relação ao meu pai, eu sabia que era errado porque houve penetração, e pelo fato das ameaças, se não fosse errado o que ele fazia, ele não iria me ameaçar e me fazer ter medo (Pergunta 6).

As ameaças e o medo são as armas principais dos abusadores para possuírem controle e poder sobre o silêncio das sobreviventes, utilizam disso para as tornarem submissas e incapazes de criar coragem em fazer a denúncia. Em muitos casos, essas ameaças vêm em forma de chantagem emocional, financeira ou até mesmo física que, automaticamente, se transformam em caminhos para o aprisionamento e silenciamento dessas mulheres, principalmente quando

os abusos vêm do líder da casa, o seu pai. Fênix, não via possibilidade em ser ouvida, pois o seu pai era o patriarca da família, era ele quem trabalhava e trazia o sustento dela e de todos que dividiam o mesmo lar, então, como poderia imaginar que a sua voz poderia, quem sabe, uma única vez, ter a oportunidade de ser ouvida. O reflexo dessa realidade se alinha ao que Araújo (2002, p. 09) afirma:

Levar adiante a denúncia, exigir a punição do agressor e investir na mudança das relações abusivas é algo mais complexo e esbarra, muitas vezes, em impedimentos concretos, onde o fator econômico tem um enorme peso, principalmente quando o homem abusador é o único provedor material da família.

Nesse sentido, o processo em criar coragem e ultrapassar o medo e as ameaças se torna ainda mais difícil quando essa figura é representada por alguém próximo. Isso acontece porque, além do medo e da dependência financeira, existe também o silêncio advindos desses familiares, alguns fingem não ver ou não saber, ou seja, preferem esconder para que assim mantenham viva a representação da família tradicional, criando assim, outros caminhos que aprisionam e silenciam as vozes das mulheres. Pois, “Em muitas famílias podemos observar a reprodução de uma cultura familiar onde a violência e o abuso sexual acontecem e se mantêm protegidos pela lei do silêncio.” Araújo (2002, p. 08). Reproduções essas que culpabilizam e recaem sobre elas o medo como um sinal de fraqueza, quando na verdade o seu meio social foi e continua sendo construído para que as mulheres permaneçam nesses lares e não vejam saída. Portanto, denunciar é um ato de coragem, são essas histórias que salvam vidas, histórias são a sua vida. Solnit (2017). E é sobre criar coragem e contar suas histórias que o último eixo se desvela, analisando os traumas e as memórias que mesmo após a denúncia ainda permanecem vivos na alma e vida de Fênix.

2.6 Cicatrizes invisíveis do fim: marcas que permanecem no corpo e na memória

“O fim daquilo que nunca se acaba por completo” é assim que iniciaremos esse eixo, pois costumamos acreditar que tudo na vida em algum momento chegará ao fim: os amores, os casamentos, um cargo no trabalho, a vida. Sim, há várias afirmações de que em algum momento tudo tem dia e hora para acabar. Religiosos e cientistas discorrem sobre o fim das coisas, cada um com suas perspectivas, mas sempre com a certeza de que como nascemos um dia também não viveremos aqui para sempre. No entanto, quando falamos de traumas, cicatrizes e sofrimentos, podemos dizer que eles também terminam assim que se encerram os

seus ciclos? Infelizmente esse fim, enquanto há vida, será difícil de cessar por completo. Trazendo essa visão para os principais pontos que foram discutidos durante toda a escrita deste trabalho, os abusos e os ciclos de violência vividos pelas mulheres, são afirmações que podem se distanciar, seus caminhos podem nunca mais cruzar, mas as lembranças e feridas permanecerão contigo por toda a vida. Ouso em dizer que muitas dessas feridas se escondem em alguma parte do corpo e muitos ainda permanecem em um eterno e completo silêncio.

Além dos que se escondem, existem também os que dão sinais, seja no comportamento como uma forma de defesa, na desconfiança, no desapego. Afirmo que são incertas as formas como essas manifestações transparecem sobre as sobreviventes, pois muitas chegam a se manifestar em lugares jamais imagináveis e às vezes, imperceptíveis. Nos momentos finais da entrevista, em seu relato, Fênix expressa com palavras, resquícios dos sofrimentos e consequências dos abusos deixados em sua vida:

Me relaciono com um homem, gosto dele, mas depois eu vejo meu pai neles, então eu termino e já vou para outro novo relacionamento e tudo se repete. Já tive homens bons na minha vida, mas eu não consigo permanecer muito tempo com eles (Pergunta 10).

Através das suas palavras, compreendemos aquilo que Perazzo (2015, p. 125) revela “O passado irrompe em nossas lembranças nos momentos que não esperamos e nem sempre será um momento de libertação das memórias, mas sim uma advertência de nosso presente.”, relacionando essas ideias as palavras de Fênix, compreendemos que nem sempre o fim se concretiza, as lembranças do passado podem refletir diretamente nas suas escolhas, muitas vezes como um alerta, um desapego, mas nem sempre a libertação de tudo que foi vivido. Esse estilo de comportamento configura-se como um mecanismo de defesa, sobre essa perspectiva, analisando as contribuições dos estudos de Freud, Campos (2019, p. 154) afirma que existem:

mecanismos que lidam com o conflito pela expressão directa e/ou indirecta de agressividade, com o objectivo de manter uma ilusão do controlo sobre as ameaças externas ou ainda de mascarar os conflitos internos que são demasiado dolorosos para serem tolerados e confrontados conscientemente (inclui mecanismos como a identificação ao agressor e o deslocamento).

A história de vida da protagonista deste trabalho nos afirma isso, a forma como ela lida com os seus relacionamentos, assim como o estilo de comportamento que reflete sobre a sua vida estão diretamente ligados às experiências da sua infância, onde manter vínculos duradouros e seguros se torna quase impossível. Assim como nos afirma Campos (2016, p. 10) “O peso do trauma as acompanha por toda a vida, dificultando as suas conquistas afetivas e

profissionais.”, as experiências negativas deixam marcas para sempre, o trauma, o medo e as cicatrizes não desaparecem sozinhos, e assim como refletem na dificuldade em manter vínculos amorosos também podem refletir negativamente em doenças físicas e emocionais, como a ansiedade, depressão, dependência emocional, além de recriar situações que acabam refletindo o seu passado.

Sobre esse aspecto, observamos que os relatos de Fênix traduzem o que muitas mulheres enfrentam diariamente após os abusos, elas carregam consigo as marcas das violências, as culpas que não são suas e desenvolvem comportamentos totalmente autodestrutivos, como citado no eixo 2.2 por Fênix em que a mesma já tentou tirar a própria vida, além dos anos em depressão a base de remédios, essas afirmações são marcas deixadas que ultrapassam o corpo e se firmam na memória para sempre. Portanto, quando Fênix compartilha e conta sobre a sua trajetória, entendemos que esse passado ainda que finalizado, permanece vivo em diversos momentos e fases da sua vida. Assim como Perazzo (2015, p. 128) em suas palavras afirma “[...] a memória não é a história, a memória não é o vivido. A memória é o meio pelo qual nos relacionamos com o passado.”

Sob esse mesmo ponto de vista, quando a mulher sobrevivente do abuso compartilha sobre as suas vivências, ela expõe situações do passado que ainda se fazem presente no seu cotidiano e em diferentes momentos da vida. Logo, a depressão, ansiedade e a dificuldade em manter uma relação duradoura nos relacionamentos é, de fato, um reflexo de tudo que viveu e que permanece vivo dentro de si mesma. Pois, segundo Campos (2016, p. 02) “É assim que se sente e cambaleia um corpo estuprado, um corpo no qual se tatuou a marca da sanha daquele que se empenhou em dissecar a sua força, destruir o seu destino, esquartejar sua potência, destituir-lhe o poder.”, e é através dessas marcas e memórias do passado que não só para Fênix, mas para outras abusadas, ao terem o seu futuro destruído, precisam viver com o medo e a culpa de alguém que mantém a vida em liberdade, e muitas vezes, sem arrependimentos ou remorso de tamanha covardia.

Prosseguindo com a reflexão, costumo me questionar como seria a vida dessas mulheres se o seu destino não tivesse sido aniquilado, e não por escolha sua, mas por uma realidade cultural enraizada e criada por e para os homens como os detentores e donos dos corpos femininos, corpos esses quase sempre silenciados, subjugados e explorados. Uma sociedade onde não apenas os homens, mas também as leis tentam reprimir e duvidar da voz da mulher. Para tal questionamento feito ainda no início desse parágrafo, uso as palavras de Fênix como uma tentativa de resposta sobre como ela acredita que seria a sua vida se os ciclos de violência e sofrimento advindos do seu pai não existissem:

Tudo seria diferente, eu não seria depressiva como sou hoje, minha vida seria completamente diferente, eu não teria medo das pessoas que me relaciono e não teria perdido tanto tempo e momentos no crescimento da minha filha (Pergunta 9).

Após essa fala, o silêncio tomou conta por alguns segundos, eles pareciam longos e intermináveis, era visível o quanto essas marcas carregam em si algo tão silencioso e ao mesmo tempo tão barulhento e destruidor. As dúvidas em pensar como estaria a sua vida hoje e quem ela poderia ter se tornado se não vivenciasse tanta violência, violência essa que destruiu não somente o seu corpo, mas também o seu futuro, a sua liberdade e a confiança das suas escolhas, muitas vezes silenciando sua dor, pois “O silêncio é o que permite que as pessoas sofram sem remédio, o que permite que as mentiras e hipocrisias cresçam e floresçam, que os crimes passem impunes.” (Solnit, 2017, p. 28), e esse silêncio vem internalizado no julgamento da sociedade, na desconfiança da voz feminina e na vergonha, tornando a sobrevivente a responsável por todo seu sofrimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escritas deste trabalho se concluem, e ela chega ao fim como um ato de resistência, escuta e acolhimento às vozes que foram e são socialmente e historicamente naturalizadas e silenciadas. Neste momento, peço compreensão se os relatos te causaram incômodo ou algum tipo de gatilho, apesar das palavras dolorosas, porém necessárias, são elas que nos dão espaços para o rompimento do silêncio e a urgência de um olhar mais atento para histórias iguais que gritam por mudanças. Partindo disso, entre dados e teorias, este trabalho teve como objetivo geral desvelar, à luz das teorizações feministas e de gênero, os efeitos da pedagogia da vergonha no relato de uma sobrevivente de abuso sexual, problematizando seus impactos no silenciamento das vítimas e foi possível observar como os ciclos de abuso impactaram o seu futuro e redirecionaram suas escolhas para diferentes caminhos.

Dito isso, a partir do relato analisado, foi possível identificar como as consequências dos abusos são agravadas pela pedagogia da vergonha e estão enraizadas e diretamente ligadas na forma como as mulheres se enxergam após os abusos, carregando consigo dores silenciosas, medos e traumas que afetam diariamente a sua interação social e as suas relações pessoais. A resposta para o problema de pesquisa **Como os mecanismos da pedagogia da vergonha contribuem para o silenciamento de mulheres vítimas de abuso sexual, considerando as relações de gênero e o contexto familiar pós-violência?** é que a sensação de vergonha acaba sendo internalizada na vida de quem sofreu o abuso, e isso as fazem criar barreiras e bloqueios emocionais muitas vezes ocultos, assumindo a responsabilidade das violências sofridas e acreditando na certeza de que é possível superar toda a sua dor em silêncio, mesmo que isso lhe custe longos anos.

Ao analisarmos as falas de Fênix, percebemos nitidamente esses bloqueios ao mencionar que sabia lidar com todo o trauma vivido, porém, a forma como ela lida com os seus relacionamentos, bem como os ciclos de dependência e depressão vividos por anos da sua vida, trazem à tona o reflexo e as marcas deixadas. Ainda, quando falamos em lidar com os traumas, essa vergonha se torna ainda mais complexa quando a sobrevivente precisa conviver com o seu abusador carregando experiências totalmente destrutivas, além do receio pela exclusão e o julgamento, levando as mulheres ao isolamento, comprometendo a sua autoestima, sua autonomia e o seu estilo de vida, de modo que impacte não apenas a sua capacidade em falar, mas também em buscar apoio e justiça.

Sobre isso, retorno a afirmar que mesmo com os avanços do século XXI, ainda persistem visões que estão historicamente imersas em uma cultura sustentada pela naturalização dos

privilégios favorecidos aos homens, bem como a relativização desse comportamento, leva a classificá-los como instinto inevitável e que agem dessa forma porque são reações naturais do homem. São narrativas como essas que sustentam o poder masculino e isentam o abusador das suas responsabilidades, atribuindo à mulher o peso da culpa. Além dos artigos e leituras acadêmicas que me auxiliaram durante toda a escrita, a história de vida e os relatos de Fênix me fizeram compreender os casos de abuso em diferentes perspectivas, levando ao entendimento de uma realidade cruel e limitada, limitada ao silenciamento, ao medo, a vergonha e ao receio em não ser ouvida, acolhida e, principalmente, acreditada.

As sobreviventes, quase nunca são ouvidas, pois a sua voz nunca é o suficiente, desde sempre são obrigadas a se calar e encolher na sombra da sua insignificância e nos olhares daqueles que duvidam da sua dor, obrigadas a suportar a convivência dentro da sua própria casa e a afirmar para si mesma que nada aconteceu, tornando a sua vida ainda mais difícil devido a proximidade forçada e marcada pela impunidade e proteção ao abusador. São situações iguais a essas que consequentemente reforçam o sentimento de descrença na justiça, pois é visível que os casos de abuso não predominam como um caso isolado, mas sim como tantos outros iguais de mulheres que são submetidas a conviver e lidar sozinhas com a sensação de culpa e com o silêncio que ecoa em sua alma, devido a uma cultura machista que mascara a violência utilizando de falas e comportamentos que automaticamente naturalizam o abuso e a violação dos corpos femininos.

Outro aspecto crucial que foi possível compreender, não apenas a partir da história de Fênix, mas também dos relatos nas rodas de conversas com as alunas, é a reação da família sobre a denúncia, sobretudo quando essas falas surgem da criança, a família leva tempo para acreditar ou nunca ver verdade no que ouve. Isso acontece porque há na família tradicional, a idealização do lar saudável e seguro, por isso sentem dificuldade em aceitar que os ciclos de abuso se iniciam dentro de casa. No caso de Fênix, especialmente, levaram anos para que ela pudesse se abrir com alguém e ser levada a sério, quando sentiu coragem para contar, inicialmente não foi acreditada, sendo necessário outras pessoas da família também vivenciarem pelo mesmo abusador, para que a sua dor pudesse ser contestada.

A sua história é mais um exemplo, onde as mulheres precisam lidar com a rejeição, com o medo e a culpa, considerando os que deveriam protegê-las, frequentemente se originam criando espaços que dão vida a violência. Pois, essa ausência na escuta acaba inviabilizando a sua recuperação com os traumas e abrindo espaço ao lugar da dor e da vergonha. Logo, comprehende-se que essa idealização do lar como o porto seguro, nem sempre se configura como um lugar de proteção e cuidado, para muitas crianças e mulheres, são seus lares que lhes causam

insegurança e é exatamente onde o silêncio se instala deixando cicatrizes profundas por toda a vida.

Como mulher e educadora, desenvolver rodas de conversas sobre diferentes temas, me deu a oportunidade de conhecer e lidar com distintas realidades, o que era para ser momentos de descontração e aprendizagem, se tornou algo ainda maior e necessário, pois através dessa iniciativa, as meninas se sentiam confiantes em compartilhar um pouco das suas vivências e suas inseguranças, e foi nesse lugar de incômodo que despretensiosamente fui me colocando a enxergar diferentes contextos que antes me escapavam à percepção, e a partir desses incômodos, vi a necessidade de transformar essas escutas no ponto de partida em intervenções pedagógicas. Nesse sentido, com base nos relatos de vida aqui compartilhados, faz-se necessário a implementação de estratégias que contribuam para a prevenção e o combate aos casos de abuso, por isso, chamamos atenção para um local em específico: a instituição.

É importante capacitar os gestores educadores como um todo mediante formações pedagógicas para que possam saber como agir diante das denúncias, além de identificar possíveis sinais de abuso entre as/os alunas/os, tornando a escola um espaço de acolhimento e segurança para quebrar o silêncio. Frequentemente, a sobrevivente revela comportamentos incomuns através de diferentes atitudes, algumas mais agressivas, desânimos e baixo rendimento escolar, são alguns sinais que por vezes são apresentados de modo sutil e acabam passando despercebidos. Ainda, faz-se necessário que haja um movimento dialético com o Conselho Tutelar, de modo a articular práticas escolares com políticas públicas de garantia de direitos, criando assim um espaço de proteção e cuidado para com as crianças e adolescentes em ambientes de risco.

Além disso, faz-se necessário também promover rodas de conversas sobre temas tão significativos que possam abrir espaços e dar apoio às meninas, construindo um lugar onde elas possam expressar suas vivências sem medo do julgamento, fazendo sentir-se acreditadas e, principalmente, acolhidas, são esses momentos que abrem novos caminhos para a desconstrução do tabu que lamentavelmente permeiam a escola e limitam a abordagem de assuntos fundamentais sobre o corpo feminino.

Cabe ainda ressaltar a importância da família nos momentos em que a mulher cria coragem para relatar a violência vivida. É imprescindível que o acolhimento seja feito sem questionamento sobre a sua veracidade, pois assim podemos romper o silenciamento em troca de proteção ao abusador, tornando o lar um lugar de apoio e escuta, abrindo novos espaços para a desconstrução de uma cultura moldada pelo silêncio e privilégios historicamente enraizados.

Por fim, os relatos de uma jovem aqui compartilhados, não foram apenas uma trajetória pessoal, mas sim o meio que encontrei para representar inúmeras mulheres que viveram e vivem silenciadas. Embora este trabalho se concretize, espero que a partir da história de Fênix, outras vozes possam ser ouvidas, acreditadas e tenham como referências essas escritas para desvelar sobre os espaços educativos de modo que potencializem o protagonismo feminino e ressignifiquem a dor em resistência e liberdade.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023, p. 204-206. ISSN 1983-7364.

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso:** a cultura do estupro no Brasil. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

ARAÚJO, Fátima Maria de. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000200002>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BBC News. **Parente próximo comete 8 em cada 10 casos de violência contra crianças de até 6 anos no Brasil, diz pesquisa.** Publicado em 28 de março de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8d5x18p4eo#:~:text=Segundo%20os%20dados%20do%20Disque,28%20casos%20a%20cada%20hora>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BENTO, Berenice. As famílias que habitam “a família”. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70325252004>. Acesso em: 16 set. 2024.

BERNARDO, Kauane Moraes; BALISCEI, João Paulo. “Por que você não pode ser normal?”: gênero, infâncias e currículos culturais na animação. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 63, p. 195-221, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1720>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa DataSenado:** Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_mulheres_negras/2024/interativo.html. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Observatório da Mulher contra a Violência; Instituto DataSenado. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher: 10. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domiciliar/2024/interativo.html. Acesso em: 28 ago. 2025.

CAMILI CARDOSO GOMES DE OLIVEIRA, Milena; FERREIRA DE FREITAS, Daiane; MONTEIRO DE CASTRO, Kessili; BELMIRO DA SILVA, Gilmara. Abuso sexual infantil. **Monumenta - Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35–44, 2020. Disponível em: <https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/5>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAMOZZATO, Viviane Castro. Pedagogias do Presente. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 573-593, abr./jun. 2014. Disponível em: SciELO Brasil - Pedagogias do presente Pedagogias do presente. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 183, p. 1-13, 2016. Disponível

em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>. Acesso em: 23 set. 2024.

CAMPOS, Rui C. O conceito de mecanismos de defesa e a sua avaliação: alguns contributos. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica**. Lisboa, v. 1, n. 50, p. 149-161, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21865/RIDEP50.1.12>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: Girafa Editora, 2006.

COHEN, Claudio; GOBBETTI, Gisele Joana. O incesto: o abuso sexual intrafamiliar. **Revista USP**, São Paulo, v. 31, n. 03, p. 1-12, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265263117_O_INCESTO_O_ABUSO_SEXUAL_INTRAFAMILIAR. Acesso em: 15 maio 2024.

GÊNERO E NÚMERO. Os maiores índices de violência contra a mulher no Brasil.

Gênero e Número. Publicado em 13 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mapa-da-violencia-de-genero-mulheres-sao-quase-67-das-vitimas-de-agressao-fisica-no-brasil/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMES, Mônica Figueiredo de Sousa; SILVA, Wellington Ferreira da. A aplicação da lei do minuto seguinte como instrumento de proteção às mulheres vítimas de violência sexual.

Revista interfaces do conhecimento, Barra do Garças, v. 03, n. 01, p. 74-92, 2021.

Disponível em:

<https://periodicos.unicathedral.edu.br/index.php/revistainterfaces/article/view/630>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MIRANDA, A. C. T.; OLIVEIRA, M. de; MAIO, E. R. Abuso sexual infantil e escola: Enfrentamento e intervenções pedagógicas. In: **Fazendo Gênero**, 10, 2013, Florianópolis. Anais, Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1373284433_ARQUIVO_PRONTO-ARIANEEMARCIO.pdf > Acesso em: 03 jul. 2025.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Narrativas orais de histórias de vida. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, p. 121-131, 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.13037/ci.vol16n30.2754>. Acesso em: 17 maio 2024.

SIQUEIRA, Breno; BRITTO, Vinícius. **Censo 2022**: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Agência IBGE Notícias, 25 out. 2024. Disponível em: Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Acesso em: 22 ago. 2025.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VALENTI, Jessica. **Objeto sexual: memórias de uma feminista**. São Paulo: Cultrix, 2018.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE A – Íntegra da entrevista

1. Qual sua idade? Profissão? Estado civil?

20 anos, auxiliar de padeiro, solteira.

2. Tem filhos/as? Quantos/as?

Uma filha mulher.

3. Quais abusos você sofreu na infância?

Estupro com penetração, abuso psicológico, violência familiar e assédio sexual.

4. Quem eram os abusadores?

Pai e primo.

5. Como era a sua relação familiar antes do abuso?

A minha relação com meu pai sempre foi muito ruim, nunca houve momentos bons com ele, toda a minha vida foi a base de violência e maus tratos, desde a minha infância eu o odiei. Com meu primo eu tinha uma boa relação, nos dávamos muito bem, até o momento em que ele me assediou, a partir desse dia nunca mais foi a mesma coisa. Nós estávamos na piscina quando ele se aproximou de mim, estávamos nadando juntos, eu ainda não sabia muito, ele se ofereceu a me ajudar, quando senti ele passando a mão nas minhas partes íntimas, fiquei assustada por novamente isso vir a acontecer, e novamente por alguém que eu amava e que era da minha família. Fiquei sem reação e achei que fosse coisa da minha cabeça, quando fui novamente tentar nadar, ele repetiu, a partir disso saí da piscina sem falar e sem entender nada.

6. Na época, como você entendia as práticas de abuso?

Não, eu não entendia muito, principalmente em relação ao meu primo, achei que pudesse ter escorregado a mão, no momento não imaginei que fosse um abuso. Já em relação ao meu pai, eu sabia que era errado porque houve penetração, e pelo fato das ameaças, se não fosse errado o que ele fazia, ele não iria me ameaçar e me fazer ter medo. Por conta disso, com os estupros constantes eu decidi encontrar alguém e casar, só assim eu poderia ser feliz e ficar livre das coisas que ele fazia comigo, essa foi a saída que eu vi de fugir desse pesadelo, mas não fui feliz nesse casamento, eu era muito nova e acabei sofrendo bastante, não era o que eu imaginava.

6.1 Contou a alguém?

Sim, mas isso levou muito tempo, foram mais de seis anos, eu casei, tive minha filha e nunca havia contado a ninguém, eu vivia com esse sofrimento guardado apenas para mim.

Até que chegou o momento dele fazer o mesmo com a minha filha, eu comecei a ser abusada pelo meu pai com dez anos, aos dezesseis eu casei e tive uma filha, então, quando ele também abusou da minha filha foi que eu tive coragem de contar, ela tinha um ano e cinco meses, ali eu sabia que poderia contar, eu já tinha um emprego, não morava mais com ele e já estava um pouco grande, então eu sabia que ele nunca mais teria contato nenhum comigo e não afetaria mais nada na minha vida. A mesma coisa do meu primo, só depois do meu pai que eu também tive coragem de contar sobre eles as pessoas da minha família.

6.2. Como você vê hoje as práticas de abuso?

Antes eu achava que tudo era culpa minha, vivi por anos sofrendo os abusos e acreditando que eu tinha dado um motivo para o que aconteceu. Hoje com acesso às redes sociais e também com muitas mulheres tendo coragem de falar e não se calar, vejo como algo positivo, mas apesar disso eu também acredito que ainda muitas mulheres sofrem com isso e permanecem em silêncio com medo, vergonha, nojo e por se sentirem culpadas, só que nunca foi culpa minha, e sim deles que são doentes e psicopatas. Eu sei que tem muitas mulheres assim hoje, que se sentem como eu me sentia, eu sentia nojo dele mas eu tentava viver minha vida e esquecer, mas quando tive minha filha, não imaginei que ele fosse fazer a mesma coisa.

7. Eles abusaram de outras pessoas da sua família? Isso costuma acontecer?

Sim, meu pai abusou de mim, mas também da minha prima e minha filha. Hoje não mais, mas comigo aconteceu por muito tempo e com a minha filha não sabemos ainda se foi uma ou mais vezes, com ela não chegou a ter penetração, mas topou nas partes íntimas dela, mordeu o peito e falava palavras feias. Já com a minha prima aconteceu uma vez, no mesmo dia ela me ligou e me pediu ajuda, contando o que havia acontecido, achei corajoso da parte dela, eu não tive a mesma coragem. Quando aconteceu comigo, eu tentava viver, e quando soube da minha filha eu entrei em depressão, ansiedade, tentei me matar cinco vezes, e hoje eu sei que comigo foi ruim, mas ao saber delas foi uma dor inexplicável, eu preferia que tivesse sido comigo todas as vezes.

8. Houve gravidez fruto do estupro? Ou contágio de infecção sexualmente transmissível (IST)?

Não, minha gravidez veio do meu casamento e também nunca tive nenhuma doença a partir do que fizeram comigo.

9. Como seria sua vida sem abuso?

Tudo seria diferente, eu não seria depressiva como sou hoje, minha vida seria completamente diferente, eu não teria medo das pessoas que me relaciono e não teria perdido tanto tempo e momentos no crescimento da minha filha.

10. Como você vivencia sua sexualidade hoje?

Sim, eu me relaciono com um homem, gosto dele, mas depois eu vejo meu pai neles, então eu termino e já vou pra outro novo relacionamento, e tudo se repete. Já tive homens muito bons na minha vida, mas eu não conseguia permanecer muito tempo com eles, às vezes acho que sei lidar com tudo, mas também vejo que não, são reflexos dos momentos de terror que eu vivia com meu pai que refletem até hoje na minha vida, mas apesar de saber disso, eu acho que lido bem com esses traumas.